



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000692-68.2022.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE PATRIMÔNIO

ASSUNTO: Dispensa em razão do valor – Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93 – Contratação de serviços lavagem de cadeiras, poltronas e sofás que ora necessitam de lavagem e higienização em decorrência do acúmulo de poeira e umidade– análise.

PARECER JURÍDICO Nº 28 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de Seção de Patrimônio (SEPAT), objetivando contratação direta da de serviço de lavagem e higienização de cadeiras, poltronas e sofás, conforme Termo de Abertura ([0798773](#)).

02. No Despacho nº 442/2022 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0801511](#)), o titular da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) autoriza a elaboração do estudo técnico preliminar (ETP), da informação conclusiva do valor estimado e do projeto básico (PB) para a contratação pretendida, solicitada pelo chefe da unidade citada, conforme Solicitação de Contratação 19 ([0798781](#)).

03. A unidade demandante juntou o ETP – Para Dispensas e Inexigibilidades ([0798866](#)), bem como a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([0803753](#)) e o Projeto Básico n. 2/2022-PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEPAT ([0816329](#)), contendo a especificação do objeto, justificativa, planejamento estratégico, critérios de sustentabilidade, valor, aderência ao plano orçamentário, condições de habilitação, requisitos de validade da proposta, critérios de aceitação do objeto, obrigações das partes e penalidades, sanções administrativas, gestão e fiscalização.

04. Para a estimativa do valor da despesa, a unidade solicitante encaminhou a Pesquisa de Preços n. 4/2022-SEPAT ([0803752](#)) para empresas do ramo no mercado local. Foram obtidas cotações de 3 (três) empresas, são elas: EMANUEL MENDES BANDEIRA – CNPJ N. 15.887.780/0001-20 ([0803749](#)); SOUSA E FERREIRA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ n. 17.889.910/0001-70 ([0803751](#)); e GOMES & CIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ n. 04.242.961/0001-63 ([0803750](#)).

05. Mediante Despacho nº 604/2022 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0811001](#)), o secretário da SAOFC



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

encaminha os autos à COMAP, para a análise do PB; à COFC, para programação orçamentária da despesa; à SECONT, para elaboração da minuta de contrato; e, por último, a esta Assessoria Jurídica, para análise e emissão de parecer jurídico, com vistas ao retorno dos autos ao Gabinete da SAOFC para a devida manifestação e prosseguimento do feito.

06. Em observância ao despacho citado, após solicitação de diligência ([0812328](#)), a COMAP, na Análise de TR/PB nº 38/2022 ([0817134](#)), concluiu que o PB juntado ([0816329](#)), complementado pela proposta da empresa ([0803749](#)), encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93 para contratação direta com dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II, da Lei n. 8.666/93, a ser analisada pela Assessoria Jurídica, nos termos do art. 11 da IN n. 004/2008-TRE-RO. Ao final, caso a autoridade superior aprove o projeto básico, manifesta-se pela **adjudicação** de seu objeto à empresa proponente.

07. Por sua vez, a COFC informa que se trata de despesa prevista no planejamento orçamentário do exercício, adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual, o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro (LC nº 101/2000, art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo artigo). Em complemento, registra que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2022 está registrada no processo nº [0003698-54.2020.6.22.8000](#), conforme Despacho n. 452/2022 – PRES/DG/SAOFC/COFC ([0818250](#)). Na sequência, a SPOF juntou aos autos o Pré-empenho e programação orçamentária no valor de **R\$ 17.520,00** (dezessete mil quinhentos e vinte reais) para custear a despesa ([0819465](#)).

08. Assim instruído, o feito foi encaminhado para análise desta Assessoria Jurídica. **É o breve e necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

2.1 DA ANÁLISE DO POSSÍVEL FRACIONAMENTO DE DESPESA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

09. O Tribunal de Contas da União tem recomendado, quando da realização de despesas, que o órgão proceda a um adequado planejamento de seus procedimentos licitatórios, em conformidade com a disponibilidade de crédito orçamentário e recursos financeiros, para evitar futuras contratações emergenciais e fracionadas.

10. Na linha de pacífico entendimento desta Administração, o raciocínio acerca do **fracionamento irregular do objeto não é meramente matemático, demanda a análise do caso concreto.**

11. No presente caso, não se vislumbra nos autos informações que indiquem a existência de fracionamento de despesa.

12. Assim, observa-se que não há falha gritante de planejamento ou que se pretenda buscar a aquisição direta para subtrair a operação da modalidade competitiva exigida pela lei de Licitações.

2.2 DA POSSIBILIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

13. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja competição, é autorizado ao administrador afastar o procedimento licitatório e contratar de forma direta.

14. Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em função do pequeno valor do serviço ou compra, *in verbis*:

II - para outros serviços e compras de valor até **10%** (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

(...)

15. Esclarece-se que os **10%** mencionados corresponde a **R\$ 17.600,00** (dezessete mil e seiscentos reais), pois o art. 23, II, "a", da Lei de Licitação e Contratos, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018, estabelece o valor de **R\$ 176.000,00** (cento e setenta e seis mil reais) para a modalidade convite.

16. No caso em tela, o valor da aquisição pretendida é **R\$ 17.520,00** (dezessete mil quinhentos e vinte reais), conforme demonstrado



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

no Projeto Básico n. 2/2022-PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEPAT ([0816329](#)), na Cotação de Preço realizada ([0803754](#)) e na Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Contratação ([0803753](#)). Assim, está dentro do limite legal apresentado no item anterior. Portanto, a contratação pretendida **poderá** ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**.

17. Sobre a cotação de preços levada a cabo no mercado local, é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (**art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93**).

18. A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade**.

19. No presente caso, **3 (três) empresas** apresentaram propostas válidas, são elas EMANUEL MENDES BANDEIRA – CNPJ N. 15.887.780/0001-20 ([0803749](#)); SOUSA E FERREIRA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ n. 17.889.910/0001-70 ([0803751](#)); e GOMES & CIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ n. 04.242.961/0001-63 ([0803750](#)).

20. Essa hipótese vai ao encontro do que assentou o Tribunal de Contas da União (TCU) nos **Acórdãos 1.545/2003, 222/2004 e 2.975/2004, todos da 1ª Câmara e 1.782/2010 – Plenário**. Veja-se:

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 1 - Pesquisa de preços com pelo menos três cotações válidas

Denúncia formulada ao TCU indicou irregularidades na realização de coleta de preços, no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet. A primeira das irregularidades seria a existência de vícios na condução, autorização e homologação de pesquisa de preços nos exercícios de 2004 e 2008. A esse respeito, a unidade técnica expôs que “Essa Corte de Contas vem defendendo, de forma reiterada, que a consulta de preços junto ao mercado, nos casos de dispensa de licitação, deve contemplar, ao menos, três propostas válidas...”. O relator, acolhendo a manifestação da unidade técnica, votou pela procedência da denúncia e expedição de determinação à Codesa no sentido de que, **“faça constar dos processos de contratação direta, inclusive por meio de licitação com base no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93, pesquisa de preços de mercado, no número mínimo de três cotações válidas, elaborados por empresas do ramo, com identificação do servidor**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

responsável pela consulta, conforme iterativa jurisprudência deste Tribunal". O Plenário, por unanimidade, acompanhou o voto do relator. Precedentes citados: Acórdãos nº 1.545/2003-1ª Câmara – Relação nº 49/2003; nº 222/2004-1ª Câmara e nº 2.975/2004-1ª Câmara. Acórdão nº 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010. (sem grifo no original)

21. Pois bem, verifica-se que o melhor preço obtido na cotação realizada foi oferecido EMANUEL MENDES BANDEIRA – CNPJ N. 15.887.780/0001-20 ([0803749](#)), com a proposta no valor total de R\$ 17.520,00 e habilitação fiscal e trabalhista regulares ([0803749](#)), justificando, portanto, a escolha desse fornecedor. Logo, os requisitos legais constantes no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93** estão preenchidos.

22. Outro ponto é a necessidade de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada diretamente. Veja-se:

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. Acórdão n. 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010. (Sem grifo no original)

23. No presente caso, a empresa com a melhor proposta apresenta regularidade fiscal e trabalhista, como se verifica nos documentos juntados nos evento [0803754](#). Assim, este requisito está sendo observado pela Administração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

24. Pelos elementos que constam dos autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com a empresa EMANUEL MENDES BANDEIRA – CNPJ N. 15.887.780/0001-20, a qual ofertou o menor preço para a prestação do serviço em comento, conforme cotações existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.

2.3 - DO PROJETO BÁSICO E DO INSTRUMENTO DO CONTRATO

25. Constata-se que o Projeto Básico n. 2/2022-PRES/DG/SAOFC/COMAP constante do evento [0816329](#), complementado pela Cotação de Preços realizada (0803754) e Informação Conclusiva do Valor Estimado ([0803753](#)), instrumentos devidamente analisados e aprovados pela COMAP ([0817134](#)), unidade competente para análise do instrumento, nos termos do inciso XXIV do art. 3º e art. 10 da Instrução normativa n. 04/2008/TRE/RO. Dessa forma, esta Assessoria Jurídica limitou-se à análise da legalidade do referido documento, consoante previsão do art. 11 da referida instrução normativa. Constatou-se que o PB possui os elementos essenciais definidos no **inciso IX do art. 6º da Lei nº 8.666/93**.

III – CONCLUSÃO

26. Pelos elementos que instruem os autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei nº 8.666/93**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com a empresa EMANUEL MENDES BANDEIRA – CNPJ N. 15.887.780/0001-20, detentora da melhor proposta no valor de **R\$ 17.520,00** (dezessete mil quinhentos e vinte reais), além apresentar os documentos de habilitação e comprovar regularidade fiscal.

27. O Projeto Básico n. 2/2022-PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEPAT ([0816329](#)), pode ser apresentado à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em atendimento ao **inciso I, § 2º, do art. 7º da Lei n. 8.666/93**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

28. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que impedida regimentalmente a pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 13/05/2022, às 14:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0829717** e o código CRC **C0469F41**.